

### ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL ARTIGOS 46,47, 49, 51 E 52 DO REGIMENTO INTERNO.

## PROCESSO LEGISLATIVO Nº 005/2023

any and ease 1 year or over 1 at 14

# Proc nº 05/23 Z ZFolhas 11 M

## RELATÓRIO DO PROJETO DE LEI Nº 6.594/2023

De autoria do Poder Executivo, o Projeto altera o artigo 1º da Lei nº 3.504, de 25 de junho de 2012, que oficializa e denomina Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Omar Godoy, passando a ser denominada Escola Municipal de Educação Infantil Omar Godoy.

A alteração é necessária, pois atualmente a referida escola presta apenas o atendimento aos alunos da Educação Infantil, sendo imprescindível a adequação para expedição da documentação escolar dos alunos matriculados.

Assim, tendo em vista a relevância da matéria, manifesto pelo seguimento da proposta de alteração, e encaminho à Comissão para análise e emissão de parecer.

Vilhena, 6 de março de 2023.

and the rest Early Marine in the

Vereadora Nica Cabo João Relatora/CECTESAS

en a la la Paris Paris de la region de la montraçõe de las distributos de la late

ကူသင်းေတြကို ကို သည္။ လုိက္ပြဲသည့္ အတြင္းသည္။ အတြင္းသည့္ အတြင္းသည္။ အတြင္းသည့္ အတြင္းသည္။ အတြင္းသည့္ အတြင္းသည



## **ESTADO DE RONDÔNIA** PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL ARTIGOS 46,47, 49, 51 E 52 DO REGIMENTO INTERNO.

## PROCESSO LEGISLATIVO № 005/2023

PROJETO DE LEI Nº 6.594/2023

## PARECER DA CECTESAS Nº 36 /2023



A Relatora apresentou análise detalhada do Projeto de Lei nº 6.594/2023, o qual altera o artigo 1º da Lei nº 3.504, de 25 de junho de 2012, e propõe que a nomenclatura da escola passe a viger como Escola Municipal de Educação Infantil Omar Godoy.

Levando em conta que a referida escola atualmente presta atendimento somente a alunos da Educação Infantil, e ainda levando-se em consideração a necessidade da adequação à legislação para emissão de documentação escolar dos alunos matriculados, ficam demonstrados os motivos pertinentes ao requerimento do Executivo.

Diante do exposto, após análise e tendo em vista a relevância social da matéria. a COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO emite Parecer Favorável, para que o Projeto seja deliberado em Plenário.

Sala das Comissões, 6 de março de 2023.

PRESIDENTE

ereadora Nica Cabo João Vereadora Professora Vivian Repessold Vereador Dhonatan Pagani

- correcte strategical

SECRETÁRIA MEMBRO

À CCJR 06/03/2023

Vereadora Nica Cabo João

PRESIDENTE